

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
PRÓLOGO.....	10
RESUMO	22
RESUMEN	24
ABSTRACT.....	26
ABREVIATURAS E SIGLAS	28
INTRODUÇÃO	30
CAPÍTULO I – ESTADO PÓS-MODERNO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUBJETIVIDADE	44
1.1 Estado, Função Executiva e Administração Pública.....	44
1.1.1 Subjetividade ou Autonomia Pública.....	59
1.1.1.1 Subjetividade ou autonomia pública legislativa	62
1.1.1.2 Subjetividade ou autonomia pública jurisdicional	65
1.1.1.3 Subjetividade ou autonomia pública executiva.....	70
1.2 Atividade administrativa da função executiva e suas distintas formas de atribuição de subjetividade ou autonomia pública	74
1.3 Fases evolutivas e cronologicamente distintas da subjetividade/autonomia na atividade administrativa da função executiva	80
1.3.1 Estado liberal ou mínimo e a absoluta discricionariedade	93
1.3.2 Estado intervencionista e a maturação da discricionariedade	108
1.3.3 Estado pós-moderno e os novos enfrentamentos da discricionariedade	121
1.4 Poderes, faculdades ou prerrogativas da atividade administrativa da função executiva e suas distintas valorações subjetivas	134
1.4.1 Poder normativo ou regulamentar e sua fiel execução	135
1.4.2 Poder de organização (direção e hierárquico) e sua moderação	136
1.4.3 Poder de ordenação, limitação ou de polícia e sua ponderação	137
1.4.4 Poder regulatório e sua execução reflexiva	138
1.5 Funções e formas de atuação administrativa da atividade administrativa da função executiva	139

1.5.1 Atividade de ordenação, limitação ou de polícia	141
1.5.2 Atividade prestacional	150
1.5.3 Atividade de promoção, estímulo, orientação ou fomento	154
1.6 Meios de manifestação da atividade administrativa da função executiva	158
1.6.1 O ato administrativo.....	158
1.6.2 Coação administrativa.....	163
1.6.3 Atividade técnica ou material administrativa	167
1.7 Distintas valorações subjetivas nas funções, formas e meios de atuação da atividade administrativa da função executiva	168
CAPÍTULO II – DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA	170
2.1 Multidisciplinaridade do estudo da discricionariedade administrativa e sua dificuldade de definição	170
2.2 Conceito de discricionariedade administrativa e sua diferença frente à atuação vinculada.....	176
2.2.1 Diferenças entre discricionariedade potencial e efetiva.....	178
2.2.2 Distinção entre a discricionariedade de atuação e a discricionariedade de eleição	185
2.2.3 Tipos de decisões discricionais	188
2.2.4 Modalidades discricionais.....	193
2.3 Elementos essenciais da definição da discricionariedade	195
2.3.1 Margem de liberdade/autonomia/volição	199
2.3.1.1 Margem parcial ou relativa	208
2.3.2 Administração Pública como sujeito	211
2.3.3 Dever de atender aos interesses públicos	212
2.3.3.1 O dever discricional	231
2.3.4 A norma jurídica como única fonte ordinária da discricionariedade administrativa.....	236
2.3.4.1 Norma jurídica	241
2.3.4.2 A discricionariedade administrativa e sua relação com as ações deônticas	243
2.3.4.3 A discricionariedade administrativa nos componentes lógico-estruturantes da norma jurídica de competência e de conduta.....	245
2.4 Distinção entre discricionariedade e conceitos jurídicos indeterminados	267

2.4.1 Discricionariedade técnica	296
2.5 Discricionariedade <i>versus</i> arbitrariedade	309
CAPÍTULO III – APRECIATIVIDADE ADMINISTRATIVA	318
3.1 As diferentes modalidades de margem de liberdade de órgãos administrativos	318
3.2 As diferentes nomenclaturas relacionadas com a apreciatividade	324
3.3 Atividade apreciativa da Administração	327
3.4 Elementos essenciais da definição da apreciatividade	340
3.4.1 Margem de liberdade/autonomia/volição rotineira realizada com algum caráter de imediatidade ou urgência	342
3.4.1.1 Tomada de eleição ou decisão: processos, métodos e técnicas	355
3.4.2 Servidores que atuam na linha de frente ou que têm contato direto com os cidadãos como sujeitos (<i>street-level bureaucrats</i>)	374
3.4.2.1 A automação administrativa	383
3.4.2.2 A inexistência de motivação, procedimento administrativo e ato administrativo formal	387
3.4.3 Deriva da indeterminação do Direito	412
3.4.3.1 Fontes habilitadoras da apreciatividade	422
3.4.3.2 As diferentes fontes habilitadoras como modificadoras de eleições/decisões	446
3.5 Distinções entre apreciatividade e conceitos afins	449
3.5.1 Margem de livre apreciação dos conceitos jurídicos indeterminados ..	449
3.5.2 Poder gracioso	452
3.5.3 <i>Interna corporis</i>	454
CONCLUSÕES	456
REFERÊNCIAS	474